



OEA/Ser.G  
CP/doc.3300/00  
2 maio 2000  
Original: espanhol

RELATÓRIO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL  
NA REPÚBLICA DA VENEZUELA

Eleições de Representantes na Assembléia Nacional Constituinte  
25 de julho de 1999

Este documento será distribuído às Missões Permanentes  
e apresentado ao Conselho Permanente da Organização.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS  
WASHINGTON, D.C.

SECRETÁRIO-GERAL

SG/UPD-499/00  
1º de maio de 2000

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para enviar-lhe o relatório sobre a Missão de Observação Eleitoral correspondente às eleições de representantes à Assembléia Nacional Constituinte da Venezuela realizadas em julho de 1999 e o relatório da Missão de Observação Eleitoral relacionado com o Referendo II que teve lugar em dezembro de 1999, solicitando-lhe que haja por bem distribuir ambos os relatórios aos membros do Conselho Permanente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta e distinta consideração.

César Gaviria

A Sua Excelência o Senhor  
Embaixador Marcelo Ostría Trigo  
Representante Permanente da Bolívia  
Presidente do Conselho Permanente da  
Organização dos Estados Americanos  
Washington, D.C.

## **SUMÁRIO   Página**

### **I.       Introdução       1**

### **QUADRO JURÍDICO 2**

Divisão política e população	2
Estrutura de Governo	3
Partidos e Movimentos políticos da Venezuela	3
Sistema eleitoral venezuelano	4
A eleição de representantes na Assembléia Nacional Constituinte (ANC)	6

### **DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL 15**

Estrutura e distribuição territorial	15
Panorama Geral - Fase Pré-eleitoral	15
Observação das eleições <sup>19</sup>	
Sede central (Distrito Federal e Estados de Miranda e Vargas)	19
Subsede Barinas (Estados de Barinas, Cojedes e Portuguesa)	20
Subsede Barquisimeto (Estados de Lara e Yaracuy)	21
Subsede Bolívar (Estados de Bolívar e Amazonas)	21
Subsede Cumaná (Estados de Sucre e Nueva Esparta)	22
Subsede Maracaibo (Estados de Zulia e Falcón)	23
Subsede Mérida (Estados de Mérida, Táchira e Trujillo)	24
Subsede Puerto La Cruz (Estados de Anzoátegui e Monagas)	25
Subsede <sup>26</sup> de San Fernando (Estado de Apure)	25
Subsede Valencia (Estados de Carabobo, Guárico e Aragua)	26

### **IV.     RESULTADOS ELEITORAIS       27**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES       28**

### **RELATÓRIO FINANCEIRO<sup>30</sup>**

### **VII.    ANEXOS       31**

## **INTRODUÇÃO**

Em 24 de junho de 1999, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Dr. José Vicente Rangel Vale, dirigiu-se ao Secretário-Geral da OEA, Dr. César Gaviria, a fim de levar ao seu conhecimento o interesse manifestado pelo Conselho Nacional Eleitoral de convidar uma missão de observação da Organização, tendo em vista as eleições de Representantes na Assembléia Nacional Constituinte, que se realizariam em 25 de julho de 1999.

A esse respeito, o Secretário-Geral comunicou à Chancelaria da Venezuela que, embora as missões de observação, nos termos das disposições vigentes, estivessem condicionadas à obtenção de recursos externos para seu financiamento, declarava antecipadamente sua disposição favorável ao início dos entendimentos pertinentes.

Como de praxe, foram enviadas às representações de vários Estados Membros e às de distintos Observadores Permanentes as propostas com a finalidade de obter o financiamento necessário. A resposta favorável do Governo dos Estados Unidos da América permitiu comunicar de imediato às autoridades da República da Venezuela a decisão de determinar a organização da missão de observação solicitada, informando-se que havia sido designado Chefe de Missão o Sr. Santiago Murray, Assessor Especial da Unidade para a Promoção da Democracia.

Em 16 de julho, a Embaixadora Virginia Contreras, Representante Permanente da Venezuela, e o Secretário-Geral da OEA firmaram o Acordo de Privilégios e Imunidades necessários para o exercício das funções e os propósitos da Missão.

Por sua vez, o Lic. Andrés Caleca, Presidente do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, e o Sr. Santiago Murray, representando a Secretaria-Geral, firmaram em 23 de julho de 1999, na sede do mencionado organismo, o Acordo sobre Procedimentos da Missão de Observação Eleitoral da OEA.

## II. QUADRO JURÍDICO

### Divisão política e população

A Venezuela é um Estado federado cujo território nacional se divide politicamente em 23 Estados autônomos e iguais, 333 municípios, 1 Distrito Federal, além de territórios e dependências federais (72 ilhas). Tem uma população aproximada de 23 645 500 habitantes, dos quais se calcula que 2% são indígenas.

A seguir, um quadro com o número de municípios de cada Estados:

<b>ESTADO</b>	<b>No. de Municípios</b>
AMAZONAS	7
ANZOATEGUI	21
APURE	7
ARAGUA	17
BARINAS	11
BOLIVAR	11
CARABOBO	14
COJEDES	9
DELTA AMACURO	4
DTO. FEDERAL	1
FALCON	25
GUARICO	15
LARA	9
MERIDA	23
MIRANDA	21
MONAGAS	13
NUEVA ESPARTA	11
PORTUGUESA	14
SUCRE	15
TACHIRA	29
TRUJILLO	20
VARGAS	1
YARACUY	14
ZULIA	21
TOTAL	333

### 2. Estrutura de Governo

O poder executivo é exercido pelo Presidente da República e os ministros por ele designados para constituir seu gabinete. O Presidente é eleito mediante o voto direto para um mandato de cinco anos não renovável senão depois de dois períodos consecutivos.

O Congresso Nacional exerce o poder legislativo. Compõe-se de duas câmaras: o Senado (47 membros) e a Câmara dos Deputados (199 membros), cujos membros são eleitos mediante o voto

direto por um período de cinco anos. Os ex-presidentes da República são membros vitalícios do Senado

Integram o poder judiciário a Corte Suprema de Justiça e os tribunais inferiores.

Os governadores dos Estados e os alcaides são eleitos por sufrágio direto e para um período de cinco anos.

### 3. Partidos e Movimentos políticos da Venezuela

A Constituição Nacional garante a formação e representação dos partidos políticos. Abaixo, a relação dos partidos políticos inscritos:

AD	ACCIÓN DEMOCRÁTICA
APERTUR	APERTURA A LA PARTICIPACIÓN NACIONAL
CAUSA R	CAUSA RADICAL
COPEI	COMITÉ DE ORGANIZACIÓN POLÍTICO ELECTORAL INDEPENDIENTE
EL	ELECTORES LIBRES
FD	FACTOR DEMOCRÁTICO
FIN	FRENTE INDEPENDIENTE NACIONAL
GE	GENTE EMERGENTE
ICC	INDEPENDIENTES CON EL CAMBIO
IPCN	INDEPENDIENTES POR LA COMUNIDAD NACIONAL
IRENE	INTEGRACIÓN, REPRESENTACIÓN, NUEVA ESPERANZA
LA LLAVE	LA LLAVE DE VENEZUELA
MAS	MOVIMIENTO AL SOCIALISMO
MEP	MOVIMIENTO ELECTORAL DEL PUEBLO
MIN	MOVIMIENTO INTEGRIDAD NACIONAL
MVR	MOVIMIENTO V REPÚBLICA
NR	NUEVO RUMBO
ONDA	ORGANIZACIÓN NACIONALISTA DEMOCRÁTICA
OPINA	OPINIÓN NACIONAL
ORA	ORGANIZACIÓN RENOVADORA AUTÉNTICA
PARTICIPA	PARTICIPACIÓN COMUNITARIA
PCV	PARTIDO COMUNISTA DE VENEZUELA
PLV	PARTIDO LABORAL VENEZOLANO
PPT	PATRIA PARA TODOS
PQAC	POR QUERER A LA CIUDAD
PRVZL	PROYECTO VENEZUELA
RENECE	RESCATE NACIONAL ELECTORAL
SI	MOVIMIENTO SOLIDARIDAD INDEPENDIENTE
URD	UNION REPUBLICANA DEMOCRÁTICA
VU	VENEZUELA UNIDA

### Sistema eleitoral venezuelano

Durante os 40 anos de vida democrática na Venezuela, a lei eleitoral sofreu doze reformas. A mais recente se concretizou na Ley Orgánica del Sufragio y Participación Política (LOSPP), promulgada em 30 de dezembro de 1997, com a finalidade de introduzir emendas substanciais,

entre elas, disposições relativas a mecanismos de consulta popular.

A LOSPP rege todos os processos eleitorais realizados no território venezuelano com a finalidade de eleger o Presidente da República, senadores e deputados do Congresso da República, governadores de Estado, deputados das Assembléias Legislativas, alcaides, conselheiros municipais, membros das Juntas Paroquiais e demais autoridades e representantes determinados pelas leis.

O novo sistema eleitoral foi aplicado pela primeira vez em 8 de novembro de 1998 para eleger os senadores e deputados do Congresso Nacional e os deputados das Assembléias Legislativas e, posteriormente, em 6 de dezembro do mesmo ano, para as eleições presidenciais.

a) Autoridades eleitorais

Os órgãos da Administração Eleitoral nacional são os seguintes:

Conselho Nacional Eleitoral (CNE)

Juntas Eleitorais (JE)

Mesas Eleitorais (ME)

Para ser membro dos organismos eleitorais é exigido que não se esteja filiado a partidos ou movimentos políticos. Suas decisões são adotadas por maioria simples, com exceção dos casos em que a lei estabelece a exigência de maiorias qualificadas.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) é o órgão superior, tem caráter permanente, autonomia no exercício de suas funções e jurisdição em todo o país, e sua sede se encontra na capital da República. Compõe-se de sete membros principais e sete suplentes que têm a seu cargo a direção, organização e supervisão dos processos eleitorais, cumprindo funções de natureza normativa (p.ex.

estabelecimento de regulamentos) e jurisdicionais (p. ex. anulação das eleições). Os atos, atuações e omissões do CNE podem ser impugnados judicialmente mediante a interposição de recurso contencioso-eleitoral.

As Juntas Eleitorais (JE) são organismos subalternos de caráter transitório, com jurisdição estadual ou municipal no que diz respeito à organização e supervisão dos processos eleitorais. Os cinco membros que as integram e seus respectivos suplentes são selecionados mediante sorteio pelo CNE. As funções das JE estão expressamente estabelecidas na LOSPP.

As Mesas Eleitorais são formadas de cinco membros e um secretário, que são selecionados, mediante sorteio, de uma lista de docentes, estudantes e eleitores. Elas têm a seu cargo a condução do ato da votação e da apuração. Suas funções são temporárias e exercidas desde a constituição da mesa até a assinatura da ata de apuração.

b) Direitos e deveres políticos

O sufrágio é universal, direto, secreto e obrigatório. A Constituição estabelece que “o voto é um direito e uma função pública”.

O direito é reconhecido para “todos os venezuelanos que tenham completado 18 anos e não estejam sujeitos a interdição civil nem a inabilitação política”. Os membros das Forças Armadas não estão facultados para o exercício do sufrágio enquanto permanecerem no serviço militar ativo.

Quanto à característica de função pública, cabe consignar que a legislação eleitoral estabelece o serviço eleitoral, o qual consagra como obrigação dos cidadãos sua participação nos órgãos eleitorais subalternos, desde que tenham sido selecionados através do mecanismo de sorteio público estabelecido na lei e não se encontrem implicados em alguma das causas de exceção do cumprimento de tal função.

c) Registro Eleitoral

De conformidade com a legislação vigente, figuram no Registro Eleitoral os cidadãos que adquirem a faculdade de ser eleitores dos candidatos aos cargos executivos e de corpos deliberativos que constam na estrutura político-administrativa da República da Venezuela.



A Oficina del Registro Electoral (Repartição do Registro Eleitoral) é o órgão encarregado da realização do Registro Eleitoral sob a direção e supervisão do Conselho Nacional Eleitoral.

#### Automatização dos procedimentos eleitorais

A legislação prevê que o processo de votação, apuração, totalização e adjudicação seja totalmente automatizado. Dessa maneira, o trabalho dos membros da mesa se resume à assinatura das atas impressas pela máquina. Nos casos em que o referido sistema não puder ser implementado por razões de transporte, segurança ou infra-estrutura de serviços, a lei prevê a possibilidade de optar, mediante resolução fundamentada do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), pelo sistema manual.

#### 5. A eleição de representantes na Assembléia Nacional Constituinte (ANC)

Em 25 de abril de 1999 realizou-se um Referendo para decidir sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC) “com o propósito de transformar o Estado e criar um novo ordenamento jurídico que permita o funcionamento efetivo de uma democracia social e participativa”. Não obstante o fato de que os índices de abstenção registrados durante o Referendo foram superiores a 60%, as respostas afirmativas ultrapassaram os 80% dos votos apurados. Por esse motivo, em 5 de maio de 1999, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) convocou para 25 de julho de 1999 a realização das eleições de representantes na ANC, a serem regidas pelas Bases Eleitorais (Bases Comiciais-BC) aprovadas no referendo de 25 de abril de 1999 e pelo sistema de normas aprovado pelo CNE, além das disposições aplicáveis da Constituição Nacional e da LOSPP.

#### Composição da ANC

As normas vigentes estabelecem que a ANC seria constituída de 131 representantes, teria uma configuração unicameral e um prazo de 180 dias para exercer suas funções. Da mesma forma, dispõem que, uma vez instalada, a ANC estabeleceria seu próprio regulamento, “tendo como limites os valores e princípios de nossa história republicana, assim como o cumprimento dos tratados internacionais, acordos e compromissos validamente firmados pela República, o caráter progressivo dos direitos fundamentais do homem e as garantias democráticas, dentro do mais absoluto respeito aos compromissos assumidos”.

A Base Terceira estabelecia que a eleição dos constituintes se daria de forma nominal (por nome e sobrenome). De acordo com as normas vigentes, poderiam apresentar-se candidatos os venezuelanos maiores de 21 anos inscritos no Registro Eleitoral. O parágrafo 1 da Base citada dispõe que: “Realizar-se-á a eleição de cento e quatro (104) constituintes, em vinte e quatro (24) circunscrições regionais, coincidentes com os Estados e o Distrito Federal, mantendo o critério de 1% da população total do país (234 102), de acordo com seu número de habitantes” (ver quadro da página seguinte).

O mesmo dispositivo estabelece ainda que “Tendo em vista o regime de exceção constitucional vigente e os compromissos assumidos nos Tratados e Acordos Internacionais, as comunidades indígenas da Venezuela serão representadas por três (3) constituintes eleitos de acordo com o preceito regulamentar que nesse sentido for estabelecido pelo Conselho Nacional Eleitoral, levando em conta seus costumes e práticas ancestrais”.

Cabe registrar que, nessa eleição, não se aplicava o art. 144 da LOSPP que consagra uma porcentagem mínima obrigatória de participação de mulheres (30%) na constituição das listas de candidatos aos órgãos deliberativos nacionais, estaduais, municipais e paroquiais

Para os 128 cargos de representantes se apresentaram 1 159 candidatos. Durante o processo de verificação de assinaturas, a lista de aspirantes nacionais ficou reduzida de 104 para 93 e a de regionais, de 1 066 para 1 140. Como se vê no quadro seguinte, os dois Estados com maior número de candidatos, afora o Distrito Federal, foram Zulia e Miranda.

<b>ESTADO</b>	<b>No. de candidatos</b>	<b>No. de Rep.</b>
DTO. FEDERAL	93	8
AMAZONAS	15	2
ANZOATEGUI	47	5
APURE	12	2
ARAGUA	78	6
BARINAS	16	2
BOLIVAR	52	5
CARABOBO	76	9
COJEDES	21	2
DELTA AMACURO	15	2
FALCON	38	3
GUARICO	21	3
LARA	65	7
<b>ESTADO</b>	<b>No. de candidatos</b>	<b>No. de Rep.</b>
MERIDA	23	3
MIRANDA	92	11
MONAGAS	29	3
NUEVA ESPARTA	30	2
PORTUGUESA	31	3
SUCRE	31	3
TACHIRA	28	4
TRUJILLO	16	2
VARGAS	67	2
YARACUY	19	2
ZULIA	107	13
Total Circens. Nacional	93	24

De acordo com o Registro Eleitoral Permanente, a República da Venezuela contava com um número total de 10 986 871 eleitores distribuídos nas 20 281 mesas eleitorais dos 8 403 centros de votação habilitados em todo o país, segundo se vê no seguinte quadro:

<b>ESTADO</b>	<b>ELEITORES</b>	<b>PORCENTAGEM ELEITORES</b>	<b>CENTROS</b>	<b>MESAS</b>
DTO. FEDERAL	1.173.371	10,72 %	559	1988
AMAZONAS	39.455	0,36%	45	73
ANZOATEGUI	537.973	4,91%	342	957
APURE	163.972	1,47%	172	322
ARAGUA	687.092	6,26%	316	1.190

BARINAS	264.232	2,40%	300	536
BOLIVAR	501.734	4,55%	429	925
CARABOBO	841.730	7,66%	335	1.421
COJEDES	127.360	1,17%	133	244
DELTA AMACURO	59.911	0,55%	118	157
FALCON	396.119	3,61%	450	789
GUARICO	294.173	2,69%	256	559
LARA	704.551	6,44%	539	1.329
MERIDA	346.411	3,16%	366	677
MIRANDA	1.169.430	10,63%	636	1.968
MONAGAS	320.094	2,92%	267	591
NUEVA ESPARTA	192.684	1,72%	121	321
PORTUGUESA	338.379	3,07%	490	735
SUCRE	388.788	3,55%	453	799
<b>ESTADO</b>	<b>ELEITORES</b>	<b>PORCENTAGEM ELEITORES</b>	<b>CENTROS</b>	<b>MESAS</b>
TACHIRA	463.411	4,23%	458	932
TRUJILLO	310.931	2,85%	418	635
VARGAS	178.819	1,63%	109	312
YARACUY	233.980	2,14%	273	464
ZULIA	1.242.823	11,31%	704	2.188
<b>TOTAL</b>	<b>10.986.87</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.403</b>	<b>20.281</b>

Conforme os dados consignados no quadro acima, foram registrados menos 35 160 eleitores do que no Referendo de abril de 1999. O CNE observou que a diferença foi produto da depuração do Registro efetuada pelo organismo. Informou-se que foram excluídos cerca de 2 000 integrantes das forças armadas, 82 469 falecidos e 23 interditados pela promotoria de alistamento. O número de novos eleitores incorporados foi de 48 938.

### Campanha eleitoral

Nos termos do regulamento e do calendário eleitoral aprovados pelo CNE, o período da campanha eleitoral foi marcado para o período de 24 de junho a 23 de julho.

Com relação ao financiamento das campanhas eleitorais, cabe ressaltar que o CNE tem competência para investigar a origem dos recursos econômicos a elas destinados e limitá-los, quando for o caso. Em virtude das disposições aplicáveis, as organizações políticas e os candidatos não podem receber contribuições anônimas. As faltas administrativas e delitos eleitorais cometidos nesse período são punidos de acordo com as disposições pertinentes da LOSPP. No transcurso da campanha, o CNE advertiu que trataria de impor multas aos servidores públicos, inclusive o Presidente da República, que cometessem faltas contra o regulamento eleitoral.

### Plano República

O Plano República foi estabelecido em 1963. É assim chamada a operação de distribuição de material eleitoral e de prestação de serviços de segurança no decorrer das eleições, que está a cargo das Forças Armadas (Força Aérea, Exército, Marinha e Guarda Nacional).

A atividade compreende a logística, distribuição, entrega, custódia e recolhimento de todo o material eleitoral, inclusive a custódia e traslado dos disquetes e dos cartões eletrônicos que contêm a informação eleitoral de cada cédula processada por uma máquina de votação, a identificação da máquina por seu número e a identificação do centro de votação correspondente.

### Mesas Eleitorais

As mesas deviam instalar-se às 5h30 com a presença de pelo menos três de seus membros a fim de examinar o material eleitoral e assinar a ata de instalação. A votação devia iniciar-se às 6h e continuar ininterruptamente até que tivessem votado os eleitores presentes que aguardavam sua vez. Não obstante, os centros de votação fecharam às 16h. As atividades das mesas de votação puderam ser acompanhadas pelos fiscais (“*testigos*”) dos partidos políticos e dos candidatos devidamente credenciados pelo CNE ou pelas JE, conforme o caso.

### Votação

De conformidade com a regulamentação aprovada pelo CNE, em uma das faces da cédula de votação figurava a lista da circunscrição eleitoral nacional e, na outra, a da circunscrição regional. A cédula somente incluiu a lista numerada de candidatos por nome e sobrenome, em ordem alfabética, com a fotografia respectiva. O eleitor podia escolher até o máximo de 10 candidatos da circunscrição nacional e tantos candidatos quantos representantes tivessem que ser eleitos na circunscrição regional. Estava estabelecido que o voto seria anulado se o eleitor selecionasse mais candidatos do que os autorizados ou quando marcasse seu voto fora do oval. Igualmente, estava estabelecido que os eleitores com deficiência física podiam fazer-se acompanhar de uma pessoa de sua confiança. Registre-se que, mediante a Circular No. 56, o CNE notificou às Juntas Eleitorais que os eleitores que tivessem uma deficiência física ou fossem analfabetos podiam ser acompanhados de uma pessoa de sua confiança, de acordo com o estabelecido no art.34 da Resolução No. 990519-154, aprovada pelo CNE na sessão de 19 de maio de 1999.

Uma vez concluído o ato de seleção, o eleitor devia introduzir a cédula na fenda da máquina leitora e ir até a mesa de votação retirar seu título e assinar o livro.

### Sistema de votação

O funcionamento de cada máquina de votação foi assistido por um técnico qualificado e treinado para operá-la. O técnico da máquina de votação devia verificar se a infra-estrutura do centro de votação designado (quanto ao espaço, eletricidade, telefone) permitia seu funcionamento. No processo de revisão do local anterior ao dia das eleições o técnico recebeu da Gerência de Automatização do CNE a máquina de votação e a impressora, instalou o equipamento e experimentou seu funcionamento. No dia das eleições, o técnico devia inicializar a máquina e a impressora, mostrar que o recipiente (urna) para as cédulas se encontrava vazio e imprimir as atas de apuração com todos os dados zerados, entregando-as aos respectivos presidentes de mesas. Essas atas são feitas a fim de que os mesários e fiscais dos partidos políticos possam verificar que os contadores da máquina de votação estão inicializados em zero, o que deve ser consignado na ata de votação.

Foi adquirido para todo o país o total de 6 998 máquinas de votação, aproximadamente uma máquina de votação para cada três mesas. Com esse número de máquinas, mais de 90% dos eleitores registrados estariam em condições de participar do processo automatizado

No quadro abaixo consta o número de mesas e máquinas de votação por Estado:

<b>ESTADO</b>	<b>No. de mesas</b>	<b>No. de máquinas de votação</b>
DTO FEDERAL	1988	774
AMAZONAS	73	27
ANZOATEGUI	957	353
APURE	322	104
ARAGUA	1190	432
BARINAS	536	160
BOLIVAR	925	313
CARABOBO	1421	516
COJEDES	244	84
DELTA AMACURO	157	40
FALCON	789	250
GUARICO	559	189
LARA	1329	454
MERIDA	677	220
MIRANDA	1968	736
MONAGAS	591	204
NVA ESPARTA	321	152
PORTUGUESA	735	199
SUCRE	799	256
TACHIRA	932	292
TRUJILLO	685	186
VARGAS	312	121
YARACUY	464	160
ZULIA	2187	786
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.281</b>	<b>6.998</b>

A máquina de votação cumpre três etapas de funcionamento. Em primeiro lugar, quando ativada e antes de começar a votação, a máquina imprime uma “ata zero voto” que corrobora que não foi feita nenhuma votação anterior nem colocado na mesma nenhum voto. Segue-se a etapa de votação propriamente dita que compreende a leitura de cédulas, a identificação pela máquina da preferência do eleitor e a acumulação por categorias. Uma vez que o eleitor tenha marcado suas opções na cédula eleitoral (*tarjetón*), a máquina a deposita na bandeja, para que seja verificado se os votos são válidos ou não, os separa e os conta. O equipamento processa simultaneamente as duas faces da cédula eleitoral (razão pela qual a cédula pode ser inserida na máquina em qualquer posição), com até 300 opções no anverso e reverso, podendo analisar as marcas de votação com uma dupla leitora óptica e ajustando o acumulado total para cada tipo de seleção. Por último, finda a jornada, durante a etapa de encerramento, a máquina de votação imprime a ata de apuração e fica bloqueada para qualquer outra manipulação humana: somente pode ser obtido o número necessário de exemplares (cópias da mesma ata) para a notificação dos resultados às autoridades e distribuição

aos fiscais dos partidos políticos. Essa etapa de encerramento compreende ainda a transmissão dos dados ao centro de totalização através de linhas telefônicas básicas, celulares ou por satélite, dependendo da localização.

Cabe destacar que a urna que armazena as cédulas de votação permite que o equipamento seja auditorado, o que assegura que, em caso de alguma impugnação, as cédulas estarão disponíveis e inalteráveis, em condições de serem contadas novamente.

### Apuração

A mesa eleitoral devia realizar a apuração dos votos dados e determinar a nulidade daqueles que não preenchessem as condições de validade necessárias. A referida etapa completava-se com a assinatura das atas de apuração da respectiva circunscrição nacional e regional.

A seguir, transcreve-se a parte pertinente da resolução adotada pelo CNE mediante a qual são estabelecidos os critérios para a contagem de votos nulos.



## Totalização de Votos

Dentro das 48 horas seguintes ao encerramento da apuração, com base nas atas correspondentes, as Juntas Eleitorais Regionais (para os representantes de cada Estado) e o CNE (para os representantes da circunscrição nacional) devem realizar as respectivas totalizações de maneira mecanizada. As totalizações podem ser acompanhadas pelos fiscais dos partidos políticos e dos candidatos devidamente credenciados pelo CNE ou pelas JRE, segundo o caso. Os centros regionais processam a informação pertinente às eleições regionais e enviam os dados de cada mesa sobre as eleições nacionais diretamente ao Centro de Totalização Nacional.

## Adjudicação de Cargos e Proclamação

Uma vez assinadas as atas de totalização pelas autoridades competentes (JRE e CNE), essas mesmas autoridades adjudicam os cargos aos candidatos que tenham obtido o maior número de votos, proclamam os eleitos e lhes entregam os diplomas correspondentes.

## Regulamento para a escolha dos representantes indígenas na ANC (RERI)<sup>1</sup>

De conformidade com a regulamentação pertinente, entre 28 de junho e 8 de julho de 1999 os povos e comunidades indígenas deviam eleger, de acordo com seus usos e costumes, delegados para as Assembléias Estaduais. O número desses delegados, por etnia, seria determinado de acordo com a população estabelecida pelo Censo Indígena da Venezuela (1992). Uma vez escolhidos, os delegados (580) formariam a Assembléia Nacional dos Povos Indígenas, convocada para 17 de julho com o propósito de escolher os três representantes na ANC: um pela região oeste (Mérida, Trujillo e Zulia), outro pela região leste (Anzoátegui, Bolívar, Delta Amacuro, Monagas e Sucre) e o terceiro pela região sul (Amazonas e Apure). O regulamento estabelecia que, para ser eleito para representar as comunidades indígenas, era preciso ser “venezuelano de nascimento, nascido em comunidades indígenas, falar a língua indígena de sua comunidade e falar, ler e escrever corretamente o espanhol”. Estava determinado que o processo de seleção seria levado a cabo e supervisionado conjuntamente pelo CNE e pelo Conselho Nacional Índio da Venezuela (CONIVE). Da mesma forma, as proclamações e a diplomação estariam a cargo do CNE.

## DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO

### **1. Estrutura e distribuição territorial**

A Missão desenvolveu suas atividades entre 15 e 28 de julho de 1999 e foi constituída de observadores internacionais provenientes de 16 Estados membros além de um dos países Observadores Permanentes.

Tomando em consideração a disponibilidade de recursos financeiros, o deslocamento territorial se efetuou com o propósito de cobrir as zonas territoriais que, pela densidade de sua população, mostravam-se particularmente relevantes para os propósitos da Missão. Nesse sentido, foi estabelecida a sede central na capital do país e nove regionais nas cidades de Barinas, Barquisimeto, Bolívar, Cumaná, Maracaibo, Mérida, Puerto La Cruz, San Fernando e Valencia. Desde essas subsedes foram cobertos os 23 Estados nacionais.



## Fase anterior às eleições. Panorama Geral

Nos dias anteriores às eleições, foram realizadas em todo o país diversas entrevistas com autoridades governamentais, militares, eleitorais, sindicais e eclesiásticas, bem como com os candidatos dos diferentes Estados da República da Venezuela. Os integrantes da Missão de Observação da OEA reuniram-se com essas personalidades com o propósito de transmitir os objetivos gerais da Missão, receber informação sobre possíveis problemas da campanha e recolher depoimentos e eventuais queixas sobre presumidas irregularidades e/ou preocupações.

Alguns dirigentes políticos entrevistados, em sua maioria independentes, manifestaram sua inconformidade com certos meios de comunicação radiofônicos, impressos e televisivos que não lhes haviam proporcionado a oportunidade de expor suas plataformas políticas eleitorais. Afirmaram, ainda, que a campanha estava marcada pelo uso abusivo do poder e dos meios de comunicação em favor dos candidatos ligados ao governo. Cabe ressaltar, com relação a esse tema, que a Comissão de Inspeção da Câmara dos Deputados havia exortado oportunamente todos os funcionários públicos a evitar a participação na campanha eleitoral e a não utilizar os recursos do Estado para promover os candidatos à ANC. Por sua vez, o CNE havia enviado notas ao Presidente da República e aos governadores de Estado no sentido de que não permitissem a participação de funcionários públicos na campanha eleitoral.

Outra preocupação manifestada refletia certa desconfiança com relação às autoridades militares encarregadas do Plano República. Por esse motivo, alguns candidatos solicitaram à Missão de Observação Eleitoral da OEA, bem como ao próprio Ministério Público, um acompanhamento especial do processo de manuseio dos materiais eleitorais. Os oficiais militares incumbidos da implementação do Plano República não opuseram objeção alguma a que os funcionários da Missão de Observação da OEA, assim como representantes dos diferentes candidatos, participassem na referida atividade. Cabe registrar que, em certas regiões, funcionários do Ministério Público declararam que a falta de recursos tornava difícil viabilizar o atendimento ao pedido. Em resposta às preocupações expostas, foi levada a cabo uma verificação minuciosa em distintas Juntas Eleitorais e centros de votação, onde se pôde confirmar que os materiais vinham sendo entregues dentro dos prazos estabelecidos, na maioria dos casos. Contudo, puderam ser observados atrasos na distribuição subsequente desde as Juntas Eleitorais aos centros de votação. Em alguns casos, na noite anterior às eleições o Plano República ainda distribuía material, quando havia sido estipulado que esse material devia estar totalmente pronto e instalado na manhã desse mesmo dia.

A distribuição de credenciais, tanto de mesários como de fiscais ou representantes dos candidatos, foi feita, em termos gerais, dentro do prazo estabelecido. Em vários Estados, porém, observou-se um atraso na entrega das listas para credenciamento de fiscais, motivo pelo qual também ficou atrasada - sem culpa das autoridades eleitorais - a entrega das credenciais. De acordo com o Plano República, no sábado, 24 de julho, deviam iniciar-se as tarefas de preparação dos centros de votação. Em tal ato era requerida a presença dos mesários a fim de verificar se não faltava material e, caso contrário, informar a respeito às autoridades do Conselho Municipal Eleitoral, as quais tratariam de se comunicar com as autoridades encarregadas do Plano República. Os observadores comprovaram que, tal como planejado, no sábado a maioria das mesas tinha feito a instalação de forma correta. Em algumas delas era esperado que os membros que as integravam chegassem na madrugada de domingo, 25 de julho.

Alguns dos candidatos foram acordes em declarar que a informação de natureza eleitoral e as

campanhas de divulgação feitas pelo CNE tinham sido insuficientes e oferecidas tardiamente. Houve fortes críticas ao projeto da cédula eleitoral e à inserção dos votos. Também foi ressaltado que, dada a complexidade da votação a realizar-se, essa falha poderia ter graves conseqüências, refletidas em uma abstenção considerável e numa maior quantidade de votos nulos. Cabe mencionar a esse respeito o fato de que em algumas circunscrições os coordenadores da fase militar do Plano República organizaram encontros para informar sobre toda a operação das eleições de 25 de julho às autoridades locais e aos candidatos regionais. Por outro lado, o CNE publicou, na Internet, uma página da Web com informação idêntica à distribuída por esse organismo. A página foi atualizada ao longo de todo o processo. A atualização final do sítio foi feita após terem sido declarados os resultados oficiais do CNE.

Finalmente, alguns candidatos transmitiram à Missão sua contrariedade com o dispositivo legal que antecipou o término da campanha para as 5h30 de sexta-feira, 23 de julho, circunstância que os havia obrigado a improvisar seus discursos finais através de rádios e canais de televisão na noite de quinta-feira, dia 22.

Foram visitadas as Repartições Regionais do Registro Eleitoral, as Juntas Regionais Eleitorais e as Juntas Municipais Eleitorais de todos os Estados venezuelanos. Todas essas autoridades expressaram seu agradecimento e satisfação pela presença de observadores da OEA nesse processo eleitoral e prestaram, a todo momento, o apoio necessário para o cumprimento dos trabalhos da Missão. Nesse sentido, alguns observadores assistiram aos cursos de atualização e capacitação oferecidos pelo Conselho Nacional Eleitoral para os mesários, constatando que estes os haviam concluído de forma satisfatória. Não obstante, registre-se o fato de que alguns mesários não compareceram aos cursos por se considerarem a par dos procedimentos eleitorais em curso, tendo em vista a proximidade das eleições anteriores.

A Missão também esteve presente em vários foros organizados por Juntas Eleitorais e pelo Plano República. Nessas reuniões foi possível estabelecer critérios comuns a fim de evitar confrontos partidários no processo eleitoral e para facilitar a aceitação generalizada das resoluções emanadas do CNE, inclusive a relativa à proclamação dos candidatos vencedores.

Devido às circunstâncias particulares dessas eleições, a forma das campanhas dos diversos candidatos distinguiu-se da tradicional. Como uma conseqüência direta do fato de que muitos candidatos não tinham o apoio de partidos políticos organizados e, portanto, careciam de recursos logísticos, não se registraram encerramentos maciços de campanhas. Os candidatos enfatizaram a tarefa de visitar os municípios, na maioria das vezes, de casa em casa. Apenas em alguns casos foram observadas caravanas de apoio a um candidato em particular, as quais circularam em cumprimento das normas estabelecidas para os referidos eventos. Não obstante, em uma das reuniões mantidas pela Missão com candidatos do Distrito Federal e de Miranda, foi apresentada uma denúncia segundo a qual, enquanto se realizava uma manifestação política na região de Los Valles, um avião militar havia sobrevoado a área soltando propaganda do Polo Patriótico. Da mesma forma, deixam-se consignados dois fatos ocorridos na Subsede Valencia. O primeiro, referente à preocupação expressada por um paroquiano devido à presença, no domingo 18, de dois homens uniformizados pedindo informações sobre o padre oficiante, o qual na semana anterior havia feito referências negativas à gestão do governo. Em uma entrevista feita pelos observadores com o Arcebispo de Valencia, Mons. Urosa Sabino, não foi dada grande importância ao fato, atribuindo-o ao estado de “excessiva sensibilidade” de alguns setores. O outro incidente foi o ataque com elementos pirotécnicos sofrido pelo Dr. Alberto Francheschi, candidato à ANC pela circunscrição nacional, quando se dispunha a uma conversa com estudantes universitários de Carabobo. Por outro lado, os observadores designados para a subsede de Barquisimeto tomaram conhecimento da denúncia apresentada à JE pelos candidatos

Néstor León Heredia e Braulio Alvarez contra os candidatos

Francisco Capdevielle e Hugo Calvete por simularem, em suas respectivas campanhas, contar com o apoio do candidato do Movimento V República. Os integrantes da Missão levaram o tema às autoridades eleitorais, as quais declararam terem sido tomadas as medidas cabíveis.

Os observadores presenciaram também as atividades pré-eleitorais realizadas em 17 e 18 de julho na estação de férias Los Caracas com a participação de representantes (580) das 34 comunidades indígenas e a assistência de funcionários do CNE. Durante as deliberações, foi apresentada uma moção para que fossem ratificados os resultados do Congresso de Ciudad Bolívar e que, por conseguinte, Noeli Pocaterra (região oeste), José Luis González (região leste) e Guillermo Guevara (região sul) fossem os representantes indígenas junto na ANC. Uma funcionária do CNE opinou que, estando em tramitação uma impugnação contra o Sr. Guevara, seria aconselhável eleger um quarto constituinte para o caso de que a referida situação não tivesse solução favorável. Por sua vez, os delegados da região leste solicitaram a realização de eleições abertas pois, no Congresso antes citado, não tinham sido representadas todas as etnias. A referida proposta contou com 27 votos. Em seguida, os delegados da região antes mencionada se retiraram do recinto. A maioria dos delegados (78,7%) manifestou seu apoio à ratificação dos votos dados no Congresso Nacional Extraordinário de Ciudad Bolívar. Essa decisão, que posteriormente foi matéria de impugnação perante o CNE, foi ratificada por resolução do mencionado organismo.

Foram visitadas também as instalações do Centro de Processamento e Transmissão de Informação do CNE com o propósito de presenciar uma demonstração do sistema de telecomunicações, transmissão de resultados e totalização. Contudo, a mesma não pôde ser levada a cabo. Diante disso, funcionários da Gerência de Automatização da CNE explicaram o funcionamento da rede de transmissão de dados. Mencionaram, nesse sentido, que o novo processo eleitoral havia imposto, do ponto de vista da informática, mudar a estrutura de transmissão de dados, até então centralizada em Caracas, para uma estrutura que abrangesse todas as Juntas Eleitorais Regionais. Para dar andamento ao projeto, foi necessário um novo software operativo e de telecomunicações que, com a incorporação da comunicação por satélite, celular e de rede de comutação, oferecia uma margem de erro de uma ordem de 0,5%. Informaram, ainda, que a segurança na transmissão da informação era ótima por ser criptografada a cada dois segundos com um protocolo não comercial. Embora tivesse sido dito estar previsto um regime de auditoria externa do sistema, bastante comum em operações de semelhante envergadura e complexidade, foi observado que o CNE verifica esse procedimento com funcionários de sua própria Diretoria de Auditoria. Quanto a sistemas para atender a imprevistos, informaram contar com um sistema que permite a substituição de equipamento num tempo inferior a 30 minutos e com 350 máquinas de votação de apoio. Os observadores foram informados de que os testes efetuados pela empresa INDRA, necessários para assegurar o funcionamento dos equipamentos automatizados no dia da votação, produziram uma porcentagem de erro insignificante. Sobre essa matéria, cabe mencionar que em 24 de julho os observadores designados para Zulia presenciaram no quartel da Brigada-Corpo Exército, o teste de transmissão de um inovador sistema informático, único no país, graças ao qual as autoridades eleitorais teriam, no momento de se constituírem as mesas, um panorama exato do que ocorria em cada uma delas, circunstância que permitiria dar soluções imediatas a eventuais problemas.

Apesar de ter sido feita uma entrega maciça de títulos (mais de 300 000) nos dias anteriores às eleições, de acordo com as declarações de alguns analistas políticos e pesquisadores de opinião, mais de 50% dos eleitores não compareceriam às urnas. Ao contrário, segundo pesquisa do CNE, era esperada uma participação de 60%. Com base nessas informações, o Chefe de Missão, por ocasião da entrevista coletiva concedida aos meios de comunicação locais e internacionais em 22 de julho, considerou prudente exortar a população a comparecer às urnas e os candidatos a respeitarem os resultados eleitorais que fossem anunciados pelo CNE após as

eleições. Em igual sentido se pronunciaram, no sábado 24 de julho, o Presidente da República e o Secretário-Geral da Conferência Episcopal.

Por último, cabe mencionar que a presença da Missão da OEA foi divulgada através de diferentes meios de comunicação social e que os observadores participaram em programas de televisão e de rádio nos diferentes Estados do país.

### Observação das eleições

As trajetórias de observação em cada uma das subsedes foram determinadas com base em análises qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, foram considerados o nível de alfabetização, a população eleitoral, o acesso aos centros de votação, o nível de organização e coordenação nas JE, a infra-estrutura de telecomunicações e eletricidade, o índice de participação dos eleitores em eleições anteriores, o processo de pré-instalação de mesas e de divulgação de informação oficial do CNE. Foi feita também uma análise através da qual foram determinadas as proporções entre a quantidade de eleitores, centros de votação e o número de mesas automatizadas e manuais com o propósito de identificar centros de grande afluência e pouco número de mesas, assim como possíveis dificuldades em decorrência da distribuição dos eleitores nos distintos centros. Por outro lado, a percepção pessoal de cada um dos observadores, derivada da trajetória percorrida antes das eleições, contribuiu para determinar critérios a respeito dos centros onde existia maior necessidade da presença da missão de observação.

#### **3.1. Sede central (Distrito Federal e Estados de Miranda e Vargas)**

A sede central da Missão foi localizada no Distrito Federal. Estava constituída pelo Chefe de Missão, a Subchefe e a Coordenadora Logística, todos funcionários da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA. Nela foram desempenhadas as funções de coordenação e administração financeira, as quais abrangeram as diretrizes concretas e as ações destinadas a proporcionar os recursos humanos e logísticos necessários para o cumprimento dos objetivos de trabalho. Além disso, para poder supervisionar o desenvolvimento do processo eleitoral nos Estados limítrofes de Vargas e Miranda, foram destacados para essa sede central nove observadores internacionais.

Foram instalados no Distrito Federal 559 centros e 1 988 mesas (774 máquinas automatizadas) a fim de permitir que 1 173 371 eleitores elegessem 8 representantes. No Estado de Vargas (com somente um município) foram estabelecidos 109 centros de votação com 312 mesas, que contaram com 121 máquinas de votação. A população eleitoral de 178 819 devia eleger 2 constituintes. Por sua vez, o Estado de Miranda está dividido em 21 municípios, sendo o segundo mais populoso da Venezuela, después de Zulia. Foram estabelecidos 636 centros de votação com 1 968 mesas e 825 máquinas. Os eleitores (1 169 430) deviam eleger 11 representantes.

O número total de eleitores inscritos nos distritos cobertos por essa sede foi de 2 521 670 (22,98% do registro eleitoral), distribuídos em 1 304 centros de votação e 4 268 mesas.

Foram observados no total 130 centros de votação. Embora a instalação, constituição e abertura das mesas tivessem registrado algumas complicações, as eleições se desenvolveram sem maiores inconvenientes. Não houve problemas de segurança, o registro parecia atualizado, e os eleitores não tiveram dúvidas acerca do lugar de votação. Os eleitores pareciam informados acerca do processo. Somente uma pequena porcentagem das mesas contou com a presença de todos os seus integrantes. Em numerosos casos, foram os fiscais dos partidos que contribuíram para formação do quórum requerido para dar lugar à abertura da votação. No transcurso da manhã, a atividade

dos centros foi pouca, aumentando para a tarde. Antes do meio-dia, cerca de 20% das pessoas registradas já havia votado. Não foi observada uma presença generalizada de fiscais ou representantes dos partidos. Foram constatados alguns defeitos nas máquinas colocadas para imprimir atas. Durante a votação pôde constatar-se que a tinta atravessava as cédulas, causando dúvidas entre os membros de mesa sobre a possível anulação de votos por essa razão. Foi observado, com certa frequência, que as máquinas rejeitavam os cartões. Por vezes sucedia mesmo depois de o eleitor ter-se retirado, dando lugar a que o técnico ou um membro do Plano República introduzisse de novo o voto. Alguns técnicos da empresa INDRA afirmaram que os cilindros das máquinas estavam sujos e que essa era a origem dos defeitos. Foram presenciadas reclamações de alguns fiscais por não receberem cópia da ata de apuração.

### **3.2. Subsede Barinas (Estados de Barinas, Cojedes e Portuguesa)**

Desde essa subsede foram cobertos, com quatro observadores, outros dois Estados, denominados *Ilaneros* (da planície), que se encontram na região mediterrânea do país: Cojedes e Portuguesa, ambos situados ao norte de Barinas.

O Estado de Barinas tem 11 municípios e um total de 264 232 eleitores, distribuídos em 300 centros de votação e 536 mesas (160 máquinas de votação). Portuguesa se divide em 14 municípios, tem 338 379 eleitores, tendo sido instalados 490 centros e 735 mesas de votação (199 máquinas). Por sua vez, Cojedes tem 9 municípios e 127 360 eleitores, distribuídos em 133 centros e 244 mesas de votação (84 máquinas). Os eleitores deviam eleger 3 representantes em Portuguesa e 2 representantes em Barinas e Cojedes, respectivamente.

Os dados totais correspondentes a essa subsede são 602 611 eleitores (6% do registro), 790 centros de votação e 1 271 mesas de votação. Os observadores monitoraram 88 centros de votação.

Em geral, as eleições se desenvolveram de forma pacífica e ordenada. Todas as autoridades atuaram com conhecimento e responsabilidade. Não obstante, deixa-se consignado que no Estado de Barinas o Exército teve atitudes ríspidas para com os eleitores e também para com os observadores da OEA, o que não ocorreu com os efetivos da Guarda Nacional destacados nos demais Estados. Os relatórios dos observadores destacados na subsede indicaram que se havia registrado a instalação tardia na maioria dos centros de votação observados. O motivo generalizado dessa ocorrência foi o descumprimento da norma vigente segundo a qual, em caso de ausência de algum dos integrantes de uma mesa eleitoral, caberia selecionar dentre os votantes uma pessoa que passaria a integrar a mesa. Foi observada uma boa organização dos trabalhos por parte dos mesários e uma escassa presença de fiscais de alguns candidatos. Contudo, na maioria dos centros de votação se observou falta de privacidade no momento de exercer o voto. As máquinas de votação funcionaram corretamente, e a capacidade de resposta por parte dos técnicos do INDRA em solucionar qualquer problema foi muito boa. O encerramento das mesas foi levado a cabo na hora prevista, a redação das atas e demais atividades de apuração se realizaram de forma muito eficiente, e a transmissão dos dados via modem foi rápida.

### **Subsede Barquisimeto (Estados de Lara e Yaracuy)**

A subsede foi localizada na capital do Estado de Lara. Este se subdivide em 9 Municípios, com um total de 704 551 eleitores. Foram instalados 539 centros de votação e 1 329 mesas eleitorais (454 máquinas de votação). Deviam eleger-se 7 representantes regionais, além dos 10 correspondentes à circunscrição nacional. Yaracuy está dividido em 14 Municípios, e sua

população eleitoral de 234 991 foi distribuída em 273 centros e 464 mesas de votação (160 máquinas). Deviam eleger-se 2 representantes.

Foram designados 4 observadores, levando em conta que a subsele registrava, como dados gerais, um total de 939 542 eleitores (8 % do registro), 812 centros de votação e 1 793 mesas. Foram monitorados 96 centros de votação.

Em termos gerais, as eleições se desenvolveram de forma normal. Algumas mesas abriram mais tarde devido à ausência dos membros titulares. Contudo, a ampla maioria das mesmas estavam abertas por volta das 8h. Em algumas delas se constatou a ausência de alguns materiais de menor importância que, em certos casos, foram fornecidos pelas mesas contíguas. Durante a jornada eleitoral foram recebidas várias queixas referentes todas elas à distribuição de propaganda eleitoral nos centros de votação. Em todos os casos, a intervenção dos observadores permitiu solucionar tais incidentes. Não se registraram incidentes nas etapas de apuração e totalização.

#### **3.4. Subsele Bolívar (Estados de Bolívar e Amazonas)**

O Estado de Bolívar é o maior em extensão territorial sendo, porém, o de menor densidade de população. Tinha inscritos 501 734 eleitores distribuídos nas 925 mesas (313 máquinas de

votação) dos 429 centros de votação instalados em 11 municípios. Deviam ser eleitos 5 representantes. O Estado de Amazonas se subdivide em 7 municípios, e os 39 445 votantes foram distribuídos em 73 mesas instaladas (27 máquinas) em 45 centros de votação. Cabia eleger 2 representantes.

Os 541 179 eleitores dos dois Estados representavam 4,91% do registro. De um total de 474 centros e 998 mesas de votação, os três observadores designados privilegiaram, em Bolívar, a observação dos municípios com maior população eleitoral: Caroní, Heres e, em terceiro lugar, o município de Piar. Em Amazonas se observaram alguns centros da capital, Puerto Ayacucho, e do Município de Río Negro. O monitoramento de aproximadamente 60 centros de votação nesses Estados permitiu constatar que se manteve durante toda a jornada um clima de grande tranquilidade.

Todas as mesas foram instaladas adequadamente, embora em alguns casos com atraso e completada com suplentes e/ou fiscais para poder constituir a totalidade dos membros da mesa. Em quase todos os centros estava completo o material eleitoral, e as máquinas funcionaram. As atas de abertura foram impressas e firmadas como estava previsto. Deixa-se consignado que o CNE supervisionou vários centros de votação e prestou apoio aos mesários.

Os candidatos independentes não contaram com infra-estrutura para enviar fiscais à maioria das mesas, mas em todas elas havia pelo menos um fiscal de algum dos candidatos inscritos por iniciativa própria e outro dos apresentados pelo Polo Patriótico.

Nas proximidades de alguns centros de votação se pôde observar simpatizantes do partido MVR distribuindo propaganda sobre “la Llave de Chávez” (“a chave de Chávez”). Não foram recebidas denúncias formais ou queixas em nenhum dos centros de votação observados. Não obstante, alguns eleitores manifestaram sua preocupação porque, ao marcar seu voto, a tinta atravessara e poderia identificar um voto não desejado no reverso da cédula.

Não se registraram maiores problemas durante a apuração e o processo de totalização.

### **3.5. Subsede Cumaná (Estados de Sucre e Nueva Esparta)**

A subsede foi instalada em Cumaná, capital do Estado de Sucre, que está situado no nordeste da Venezuela. O Estado de Nueva Esparta, localizado no mar do Caribe a cerca de 38km da costa nordeste, é formado pelas ilhas Margarita, Coche e Cubagua. Esses Estados se subdividem em 15 e 11 municípios, respectivamente. Sucre tem uma população eleitoral de 390 421 votantes, 453 centros de votação e 799 mesas de votação (203 máquinas de votação). Deviam ser eleitos 3 representantes. Por sua vez, 192 694 eleitores foram inscritos em Nueva Esparta. Cabe destacar que a totalidade das mesas (325 e 129 centros de votação) realizaram a apuração de forma automatizada. Deviam ser eleitos 2 representantes.

A subsede, com seus 583 115 eleitores, representava 5,27% do registro. No total, abarcava 582 centros e 1 124 mesas de votação. Foram designados 4 observadores que, no dia das eleições, cobriram 85 centros de votação.

A instalação das mesas, em termos gerais, se processou ao meio-dia de sábado. Não obstante, devido às intensas chuvas que se registraram em alguns distritos rurais, o material eleitoral foi distribuído nas últimas horas desse dia e nas primeiras do domingo. Na grande maioria dos casos as mesas se instalaram com considerável atraso. A causa principal da demora foi a ausência dos



membros de mesa (titulares e suplentes), devendo ser constituídas com fiscais dos candidatos e eleitores das filas. A votação teve início, em quase todos os municípios dos dois Estados, depois das 7h30, sem afluência significativa de eleitores e com a presença de alguns representantes de candidatos em Sucre, sendo muito limitada no caso de Nueva Esparta.

No caso do município de Bermúdez se notou uma significativa apatia por parte dos membros da Junta Eleitoral municipal, observando-se em reiteradas oportunidades que a presença de autoridades eleitorais correspondeu a de membros do Plano República. Quanto a esse aspecto, deixa-se consignado o fato de que, no município de Arismendi, houve maior presença civil na orientação do processo.

As condições de segurança foram ótimas, mas em algumas seções a distribuição dos biombos para resguardar o sigilo do voto não garantia de forma plena o cumprimento dessa função. Da mesma forma, a campanha publicitária segundo a qual o eleitor com deficiência física podia vir acompanhado de “alguém” para votar deu lugar a confusão e manipulação do voto do eleitor, pois se observaram vários casos nos quais um fiscal dos candidatos se fazia acompanhar de vários eleitores para votar reiteradamente em lugar dos mesmos. Tais fatos foram, às vezes, questionados e corrigidos por decisão dos membros de mesa e das forças de segurança do Plano República.

As máquinas de votação funcionaram normalmente, com exceção de alguns casos isolados. A apuração começou na hora marcada e se desenvolveu sem incidentes.

Não se registraram incidentes na etapa de totalização dos votos.

### 3.6. Subsede Maracaibo (Estados de Zulia e Falcón)

O Estado de Zulia, dividido em 21 municípios, tem uma densidade populacional que chega a 49,37 hab/km<sup>2</sup>, cabendo-lhe, pois, levar à ANC 13 convencionais. Com uma população eleitoral de 1 242 823, foram instalados 704 centros e 2 188 mesas de votação (786 automatizadas). Falcón, por sua vez, tem 25 municípios e uma população eleitoral de 396 119. Foram instaladas 789 mesas (250 automatizadas) em 450 centros de votação. Em Falcón, deviam ser eleitos 3 representantes.

Foram designados para a subsede 6 observadores, levando em conta que, nos dois Estados, a população eleitoral era de 1 638 952 (15% do registro), distribuída em 1 154 centros e 2 977 mesas de votação.

No dia das eleições foram monitorados 140 centros. Em geral, a organização foi boa. As mesas começaram a constituir-se às 6h30, estando totalmente instaladas por volta das 8h. Mas foi preciso recorrer a funcionários suplentes e fiscais devido à ausência dos titulares. O material eleitoral não faltou em momento algum da votação, salvo em casos isolados que foram rapidamente remediados. A afluência de eleitores foi baixa. Foi muito limitada a presença de representantes de partidos políticos. As condições de segurança e acesso foram boas, e a custódia extremamente cuidadosa, sobretudo no início do dia. O desenvolvimento do processo eleitoral nas mesas não ofereceu dificuldades, havendo apenas casos esporádicos de mau funcionamento das máquinas de votação. Em Falcón se observou propaganda eleitoral do MVR em alguns centros de votação. Tampouco se registraram incidentes durante a apuração e no processo de totalização. Por último, registre-se que foi recebida uma denúncia por escrito sobre falsificação de cédulas (*chuletas*) com sugestão (“cola”) de votos do MVR, segundo consta no

Anexo V.

### 3.7. Subsede Mérida (Estados de Mérida, Táchira e Trujillo)

O Estado de Mérida tem 23 municípios e uma população eleitoral de 346 411, distribuída nas 677 mesas (220 automatizadas) dos 366 centros de votação. Em Táchira (29 municípios) foram instalados 458 centros com 932 mesas para 463 411 eleitores. Trujillo é um Estado com extensas zonas de baixa densidade de população, estando dividido em 20 municípios. Os 310 931 eleitores foram distribuídos em 418 centros e 685 mesas de votação (com 186 máquinas de votação). Seriam eleitos 3 constituintes em Mérida, 4 em Táchira e 2 em Trujillo. Tomando em consideração os dados gerais da subsede (1 120 753 eleitores, que representam 8,92% do registro, 1 252 centros de votação e 2 294 mesas de votação) foram designados 7 observadores, que puderam cobrir o total de 123 centros nos três Estados.

A abertura das mesas se realizou no horário estabelecido, com a exceção dos localizados no Estado de Trujillo. O material eleitoral foi distribuído de modo completo, e os membros das mesas estavam bem familiarizados com o procedimento, pois haviam participado anteriormente em outros pleitos eleitorais. Essa circunstância não se verificou em alguns centros rurais. Houve a presença de fiscais, em sua maioria do MVR. Os eleitores manifestaram preocupação porque a tinta utilizada para marcar o oval atravessava a cédula, o que gerou confusão. A JRE procedeu imediatamente à comunicação de que esse fato não influía no processo da votação e posterior apuração automática do voto.

Em alguns centros se observou proselitismo político e distribuição de *chuletas* no interior dos centros de votação e na sua periferia. Também foi freqüente a presença de fiscais que acompanhavam, em repetidas ocasiões, eleitores analfabetos ou deficientes.

Houve marcante atuação dos membros do Plano República no fechamento das mesas e no processo de cotejo do título com o registro de eleitores. A emissão da ata de apuração final foi cumprida com toda normalidade e eficiência, assim como a transmissão dos dados finais arquivados na leitora óptica para o Centro de Computação.

### Subsede Puerto La Cruz (Estados de Anzoátegui e Monagas)

O Estado de Anzoátegui está localizado no nordeste da Venezuela, a 319km da cidade de Caracas. Nos 21 municípios foram habilitados 342 centros de votação e 957 mesas, que contaram com 353 máquinas de votação. Os 537 973 eleitores deviam eleger 5 constituintes. Monagas se encontra na região leste da República da Venezuela, junto ao rio Orinoco. A maioria da população se concentra em 10 municípios do norte do Estado, enquanto no sul, devido à baixa densidade populacional, somente existem três municípios. O registro eleitoral indicava o total de 320 094 inscritos, aos quais correspondiam 267 centros e 591 mesas de votação (204 máquinas de votação). Cabia eleger 3 representantes.

Foram designados 4 observadores, com base no número total de eleitores (858 067, que representam 7,83% do registro), em 609 centros e mesas de votação (1 544).

No dia das eleições foi possível visitar 62 centros em 18 municípios, dos 34 que compreendem os Estados de Anzoátegui e Monagas.

As mesas, em sua maioria, foram instaladas depois da hora marcada, em alguns casos com mais de duas horas e meia de atraso, sendo integradas com suplentes e fiscais. Em geral o material foi recebido completo. Houve escassa presença de fiscais nas mesas, e se notou que a maioria havia sido credenciada pelo MVR. Em cada centro de votação foi observada a presença de agentes do Plano República, em sua maioria da Guarda Nacional. Não foram registrados contratemplos com as máquinas de votação. Em alguns centros de votação se observou que a localização das cabines, demasiado próximas umas das outras, comprometia o sigilo do voto.

Os eleitores manifestaram preocupação porque a tinta atravessava a cédula, o que os levou a temer que pudesse suscitar a anulação dos votos. Mas os membros de mesa e os técnicos de INDRA mostraram que as manchas não coincidiam com o oval do reverso e que a parte lida pela leitora magnética era a do oval, motivo pelo qual não havia possibilidade de erro.

A apuração e a transmissão de dados se desenvolveram com normalidade. Da mesma forma, o processo de totalização se verificou sem incidentes. Vale destacar que a Missão contou com o apoio da empresa Helitech, graças aos bons ofícios do General González, chefe do Plano República no Estado de Monagas, para transportar um observador de helicóptero a dois municípios muito distantes da capital a fim de observar o desenvolvimento da votação.

### 3.9. Subsede San Fernando (Estado de Apure)

**O Estado de Apure se subdivide em 7 Municípios, e sua capital é a cidade de San Fernando. Tem 163 972 eleitores distribuídos em 104 centros e 322 mesas de votação com 104 máquinas. Deviam eleger-se 2 constituintes. Considerando que a subsede abarcava 1,47% do registro eleitoral, foram designados 2 observadores, os quais, no dia das eleições, visitaram 87 mesas de votação.**

A instalação das mesas se verificou com um atraso de uma a três horas devido às chuvas torrenciais que castigaram a região. Foram constituídas, em geral, por seus titulares, contaram com todo o material, e houve presença significativa de fiscais. O encerramento da votação sofreu atrasos. As etapas de apuração e totalização foram cumpridas normalmente.

### 3.10 Subsede Valencia (Estados de Carabobo, Guárico e Aragua)

**O Estado de Carabobo tem 14 municípios e uma população eleitoral de 841 730, distribuída nas 1421 mesas (516 máquinas de votação) dos 335 centros de votação. Em Guárico (15 municípios) se instalaram 256 centros com 559 mesas e 189 máquinas de votação para 294 173 eleitores. Aragua está dividido em 17 municípios. Os 687 092 eleitores foram distribuídos em 316 centros e 1 190 mesas de votação (com 432 máquinas de votação). Seriam eleitos 9 constituintes em Carabobo, 3 em Guárico e 6 em Aragua. Tomando em consideração os dados gerais da subsede (1 822 893 eleitores que representam 16,61% do registro, 907 centros de votação, 3 170 mesas) foram designados 7 observadores, que puderam cobrir um total de 86 centros nos três Estados.**

O processo de instalação das mesas se realizou de acordo com os requisitos legais em todas as mesas observadas. A organização e administração realizadas pelo CNE foram muito boas. A distribuição das máquinas e do material eleitoral foi realizada previamente a fim de serem feitos os testes necessários com os sistemas eletrônicos e de comunicação. Contudo, registrou-se alta porcentagem de abstenção de mesários, fator que causou atrasos no processo inicial (impressão da

ata de apuração em zero e início da votação). Os membros ausentes tiveram que ser substituídos por fiscais e também por eleitores voluntários. Registrou-se uma participação muito baixa de fiscais de candidatos independentes.

Todos os centros de votação contaram com a presença de efetivos militares provenientes de todas as forças regulares que constituem o Plano República. Observou-se que o papel desses efetivos estendeu-se às funções de supervisores e administradores do processo.

O encerramento do processo foi ordenado em alguns casos pelos mesários mas em outros foram os membros do Plano República que determinaram os horários de conclusão.

O processo da apuração de votos e a elaboração de atas foi transparente, não se registrando objeções por parte dos representantes de partidos.

## V. RESULTADOS ELEITORAIS

Por volta das 18h20 do dia 25 de julho, o CNE emitiu seu primeiro boletim com os resultados que tinha computado até então (mais de 60%). O documento indicava a posição majoritária dos candidatos do Polo Patriótico em quase todas as regiões do país e um índice de abstenção superior a 50% do eleitorado.

Uma hora depois, o Secretário-Geral Adjunto da OEA e o Chefe de Missão compareceram à Sala de Imprensa do CNE com o propósito de dar a conhecer as impressões preliminares da Missão. Nesse sentido, o Embaixador Christopher Thomas declarou que se havia desenvolvido um processo livre e transparente, e que os incidentes menores que se haviam registrado não haviam afetado a validade das eleições. Por sua vez, Santiago Murray destacou que a jornada eleitoral se havia coadunado com os procedimentos estabelecidos, sem prejuízo de alguns inconvenientes menores que se constataram no tocante à constituição das mesas, à limitada fiscalização pelos representantes dos partidos e à participação do eleitorado.

Nessa mesma noite uma multidão congregou-se diante do Palácio Miraflores para celebrar a vitória eleitoral junto com o Presidente da Nação.

Com mais de 90% dos votos computados, do total de 128 constituintes eleitos o Polo Patriótico obteve 120 cadeiras, o Polo Democrático 6, e os independentes, 2. Com 93,75% de votos favoráveis, o primeiro dos partidos políticos mencionados obteve a totalidade dos assentos nos Estados, com exceção de Aragua, Miranda, Nueva Esparta e Delta Amacuro, bem como a bancada da circunscrição nacional. Essa tendência se manteve quando foram dados a conhecer os resultados finais da eleição.

Em 26 de julho, o Presidente Hugo Chávez recebeu o Secretário-Geral Adjunto da OEA e o Chefe de Missão. Durante a entrevista, foram analisados os resultados eleitorais e alguns dos temas que seriam debatidos na ANC a partir da data de sua instalação, prevista para 3 de agosto seguinte.

## V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando o exposto, é possível em resumo concluir o seguinte:

O processo pré-eleitoral se desenvolveu em obediência às normas vigentes, evidenciando um nível normal de convivência política por parte de seus protagonistas, sem prejuízo de alguns casos isolados, apontados neste relatório.

A apresentação de candidatos independentes em alguns casos foi de caráter fictício, obedecendo mais ao desejo de ocultar ou simular a militância.

A organização eleitoral foi boa, e em alguns distritos foi destacada a atuação das autoridades eleitorais. Houve manifestações generalizadas de confiança nas autoridades eleitorais e na transparência do processo.

Percebeu-se desinteresse pelas eleições. No dia das eleições houve uma afluência progressiva de eleitores nas horas da manhã que diminuiu significativamente de tarde. Essa circunstância se viu refletida no alto índice de abstenção eleitoral.

Os meios de comunicação acompanharam de perto o processo e contribuíram não somente informando continuamente sobre os acontecimentos mas também divulgando resoluções emitidas pelos membros do CNE e das JE com relação aos procedimentos eleitorais.

O nível de responsabilidade dos mesários não correspondeu às expectativas, conforme comprovou o atraso no início da jornada eleitoral. Os fiscais de algumas das forças políticas supriram, em muitos casos, a ausência daqueles, colaborando para a formação do quórum necessário para poder constituir as mesas.

O apoio logístico prestado ao processo eleitoral foi satisfatório e em concordância com as disposições jurídicas sobre a matéria. A coordenação do Plano República foi constante e sua representação numerosa.

Levando em consideração os aspectos mais destacados do processo eleitoral, a Missão se permite recomendar o seguinte:

O CNE e os partidos políticos devem desenvolver um programa de promoção de participação cívica para os próximos processos eleitorais.

O CNE deve promover com mais ênfase a capacitação de mesários e o cumprimento efetivo de suas respectivas responsabilidades. Os resultados a serem obtidos nessa matéria limitariam a atuação do denominado Plano República aos âmbitos próprios de sua competência.

Os partidos políticos devem incentivar seus militantes e simpatizantes a cooperar mediante o exercício do acompanhamento eleitoral que a legislação concede aos fiscais.

Deve ser controlado com maior eficiência o proselitismo político no interior e nas proximidades dos centros de votação, inclusive a prática de manipulação do voto na qual se pode incorrer quando deficientes ou pessoas da terceira idade são acompanhados na hora de votar.

Deve ser considerada a possibilidade de controlar mais eficazmente a entrega das cédulas de votação, sobretudo levando-se em conta o fato de que não existe uma numeração referente às mesmas.

Deveria ser melhorada a localização das cabines de votação no sentido de assegurar o sigilo do voto.